

No. 27512

**BRAZIL
and
ZIMBABWE**

**Trade Agreement (with annexes). Signed at Harare on
20 June 1988**

Authentic texts: Portuguese and English.

Registered by Brazil on 17 August 1990.

**BRÉSIL
et
ZIMBABWE**

**Accord de commerce (avec annexes). Signé à Harare le 20 juin
1988**

Textes authentiques : portugais et anglais.

Enregistré par le Brésil le 17 août 1990.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO COMERCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Zimbábue
(doravante denominados "Partes Contratantes").

Desejosos de consolidar as relações de amizade que existem entre os dois países e de desenvolver as relações comerciais em bases de igualdade e de vantagens mútuas, e

Convencidos de que a cooperação comercial é essencial para promover os objetivos de desenvolvimento em ambos países,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes conceder-se-ão o tratamento de nação mais favorecida no que concerne às mercadorias originárias e fornecidas diretamente do território da outra Parte. Em particular, o tratamento de nação mais favorecida será aplicado a:

- a) taxas alfandegárias e outros gravames e taxas relativos à importação e exportação de bens;
- b) regulamentos e formalidades;
- c) emissão de licenças de importação e de exportação,
- d) autorização de pagamentos.

2. O estabelecido no parágrafo 1 do presente Artigo não se aplicará às vantagens, concessões ou isenções que cada Parte Contratante tenha concedido, ou possa vir a conceder a:

- a) países limítrofes, no intuito de facilitar o comércio fronteiriço;
- b) países com os quais tenham acordado uma união aduaneira, zona de livre comércio, zona monetária ou comunidade econômica, já estabelecidas ou que possam vir a ser estabelecidas.

ARTIGO II

1. Durante o período de vigência do presente Acordo, as Partes Contratantes envidarão esforços para aumentar o volume de comércio entre os dois países e, em particular, no tocante aos produtos incluídos nas listas "A" e "B", anexas ao presente Acordo.

2. As anexas listas "A" e "B", contudo, são apenas indicativas, e não exaustivas ou limitativas, dos bens e mercadorias possíveis de intercâmbio entre as Partes Contratantes, e poderão ser periodicamente atualizadas.

ARTIGO III

1. As Partes Contratantes se reservam o direito de submeter a importação de qualquer mercadoria a certificado de origem emitido por órgão autorizado para tal fim pelo Governo do país de origem.

2. As Partes Contratantes acordam que o país de origem das mercadorias comercializadas entre os dois países será estabelecido de acordo com as leis e regulamentos em vigor no país importador.

ARTIGO IV

1. O intercâmbio comercial entre as Partes Contratantes realizar-se-á conforme as disposições do presente Acordo e obedecerá às leis e regulamentos em vigor que regem a importação e exportação em cada país.

2. As transações comerciais, conforme o disposto no presente Acordo, serão efetuadas com base nos contratos firmados, de um lado, entre pessoas físicas e jurídicas da República Federativa do Brasil e, por outro lado, por pessoas físicas e jurídicas da República do Zimbábue. As pessoas físicas e jurídicas a que se refere este parágrafo serão integralmente responsáveis pelas transações comerciais por elas efetuadas.

ARTIGO V

De acordo com as leis e regulamentos de seus respectivos países, e segundo as condições acordadas entre suas autoridades competentes, as Partes Contratantes autorizarão a importação e a exportação, com isenção de direitos alfandegários, taxas e impostos similares, não relacionados com o pagamento de serviços, dos seguintes produtos:

- a) amostras e material publicitário destinados a gerar pedidos de mercadorias e a sua divulgação comercial. As amostras não poderão ser vendidas nem ter qualquer valor comercial;
- b) os importados sob o regime de admissão temporária destinados a atividades de pesquisa e experiência científica;
- c) os importados sob o regime de admissão temporária destinados às mostras de feiras e exposições;
- d) os importados sob o regime de admissão temporária destinados a reparos e à re-exportação, e
- e) os originários de um terceiro país transportados através do território de uma das Partes Contratantes com destino à outra Parte Contratante.

ARTIGO VI

A fim de estimular o desenvolvimento do intercâmbio comercial, objeto do presente Acordo, as Partes Contratantes decidem:

- a) permitir a organização de feiras e exposições em seus territórios, de acordo com as leis e os regulamentos em vigor em cada país, e
- b) proceder ao intercâmbio de todas as informações úteis ao desenvolvimento do comércio entre os dois países.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes, com o objetivo de facilitar o fluxo comercial de trânsito no âmbito deste Acordo, se comprometem a:

- a) facilitar o livre trânsito de produtos originários do território de qualquer uma das Partes com destino ao território de um terceiro país, e
- b) facilitar o trânsito de produtos originários do território de terceiros países e destinados ao território de qualquer uma das Partes Contratantes.

ARTIGO VIII

Ambas as Partes Contratantes se comprometem a tomar as providências necessárias no sentido de assegurar que os preços dos produtos e mercadorias, a serem comercializados no âmbito deste Acordo, sejam estabelecidos com base no preço de mercado internacional. Para os produtos com relação aos quais não se conseguir atribuir um preço de mercado internacional, serão atribuídos preços competitivos com base em produtos similares e de qualidade análoga.

ARTIGO IX

Os pagamentos referentes às trocas comerciais objeto do presente Acordo efetuar-se-ão em qualquer moeda livremente conversível

através do sistema bancário, e conforme a legislação e normas de política vigentes nos respectivos países.

ARTIGO X

Nada no presente Acordo pode ser interpretado como afetando direitos ou obrigações resultantes de convenções internacionais de que uma das Partes Contratantes seja parte.

ARTIGO XI

1. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue designam respectivamente o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio como executores do presente Acordo.

2. O Governo da República do Zimbábue terá o direito de designar por escrito, a qualquer momento, qualquer outra entidade, organização ou ministério em substituição ao Ministério designado no parágrafo precedente.

ARTIGO XII

1. Um Comitê Conjunto, composto por representantes das Partes Contratantes, poderá ser constituído com o objetivo de zelar pelo bom funcionamento e execução do presente Acordo.

2. O Comitê Conjunto se reunirá a pedido de qualquer das Partes Contratantes, alternadamente nas capitais de ambos países.

3. O Comitê Conjunto poderá recomendar aos dois Governos todas as medidas que julgue suscetíveis de fortalecer as relações comerciais entre os dois países.

ARTIGO XIII

As Partes Contratantes envidarão esforços para resolver através de negociação quaisquer problemas, divergências ou diferenças resultantes da execução do presente Acordo.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes poderão solicitar por escrito, por via diplomática, alterações ou revisões ao presente Acordo.

ARTIGO XV

1. O presente Acordo entrará em vigor em data a ser fixada por troca de Notas, a ser efetuada uma vez cumpridas as formalidades internas necessárias à sua aprovação.

2. As alterações ou revisões ao presente Acordo entrarão em vigor na forma indicada pelo parágrafo 1 do presente Artigo.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de três anos e será automaticamente prorrogado por períodos adicionais de dois anos, a menos que uma das Partes Contratantes o denuncie, por escrito e por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data da respectiva notificação.

4. A denúncia do presente Acordo não afetará as obrigações contratuais assumidas durante a sua vigência, salvo se as Partes Contratantes convierem diversamente.

Feito em Harare, aos 20 dias do mês de Junho de 1988, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República do Zimbábue:
[Signed — Signé]
Hon. O. MUNYARADZI

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
[Signed — Signé]
H. E. BERNARDO DE AZEVEDO BRITO

A N E X O ALISTA INOICATIVA DOS PRODUTOS ORIGINARIOS DA REPUBLICA DO ZIMBABUE
A SEREM EXPORTADOS PARA A REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Itens: Asbestos

 Níquel e produtos de níquel

 Ferro-cromo (alto carbono)

 Ferro-cromo (baixo carbono)

 Ferro-cromo-silício

 Aço e produtos de aço

 Mobiliário

 Calçados

 Têxteis

 Carne bovina

 Artigos de artesanato

 Alimentos enlatados

 Suco de fruta

 Produtos minerais de utilização industrial

 Vestimentas

 Fumo

 Milho

 Milho painço

 Chá

 Algodão

 Produtos hortigranjeiros

 Cobre e produtos de cobre

A N E X O BLISTA INDICATIVA DE PRODUTOS ORIGINÁRIOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL A SEREM EXPORTADOS PARA A REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

- Itens: Animais vivos
- Carnes e preparados
- Produtos lácteos
- Peixes, crustáceos e preparados
- Cereais e preparados
- Frutas e verduras
- Açúcar e preparados
- Café, chá, mate, cacau e seus preparados, e especiarias
- Ração animal
- Extratos, essências ou concentrados de café, chá ou mate
- Molhos, condimentos e temperos, compostos
- Sopas e caldos
- Bebidas e tabaco
- Sementes oleaginosas
- Borracha natural ou sintética
- Dormentes
- Polpa e resíduo de papel
- Fibras têxteis
- Minerais ferrosos à base de minerais refugos
- Combustíveis minerais
- Petróleo e derivados
- Óleos e gorduras animais e vegetais

Oleo e gordura vegetal, endurecida

Oleos animais e vegetais, processados

Elementos químicos e componentes

Manufaturados de borracha

Papel e cartão, e artigos de papel e cartão

Fios têxteis, tecidos, etc.

Manufaturados minerais não-metálicos

Ferro e aço

Metais não-ferrosos

Manufaturas de metal

Máquinas não-elétricas

Máquinas elétricas

Equipamentos de transporte

Mobiliário

Vestimentas

Aparelhos e instrumentos científicos

Tintas de escrever ou de desenhar, tintas de impressão e outras tintas

Velas, cêrios, pavios para lamparinas e artigos semelhantes

Ferro-cério e outras ligas pirofóricas

Guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes

Pedras preciosas e semipreciosas

Material de escritório

Aviões

Pãra-quedas e sues partes

Aparelhos de ortopedia

Instrumentos de música

Brinquedos, jogos, artigos para divertimento e esportes

TRADE AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF ZIMBABWE AND THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

The Government of the Republic of Zimbabwe and the Government of the Federative Republic of Brazil (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

DESIROUS of consolidating the friendly relations which exist between the two countries and of developing and facilitating trade and economic relations on the basis of equality and mutual advantage;

CONVINCED that co-operation in trade is essential for achieving development objectives in their respective countries;

HAVE AGREED AS FOLLOWS :

ARTICLE I

1. The Contracting Parties shall grant each other the most-favoured-nation treatment in all matters relating to goods originating in and supplied directly from the territory of the other Party. In particular, the most-favoured-nation treatment shall apply with respect to:
 - (a) customs duties and all other duties and taxes connected with the exportation and importation of goods;
 - (b) regulations and formalities;
 - (c) the issuance of export and import licences; and
 - (d) payment permits.
2. The provisions of paragraph 1 of this Article shall however not apply to advantages, concessions and exemptions which either Contracting Party:
 - (a) has granted or may grant to neighbouring countries in order to facilitate frontier traffic;

¹ Came into force on 20 June 1990, the date fixed by an exchange of notes after the completion of the internal formalities, in accordance with article XV (1).

- (b) has granted or may grant under a trade agreement or arrangement to associate member-countries of a Customs Union, Free Trade Area, Monetary Zone or Economic Community already established or which may be established.

ARTICLE II

1. During the period of the validity of this Agreement the Contracting Parties shall make efforts to increase the volume of trade between their two countries especially in regard to the goods indicated in Annexes 'A' and 'B' of this Agreement.
2. However, the said Annexes 'A' and 'B' are only indicative, not exhaustive or limitative of the goods and commodities which may be exchanged by way of trade between the Contracting Parties and may be updated from time to time.

ARTICLE III

1. The Contracting Parties reserve the right to subject the importation of any goods to a certificate of origin issued by an organisation authorised for that purpose by the Government of the country of origin.
2. The Contracting Parties agree that the country of origin of goods traded between the two countries shall be established in accordance with the laws and regulations in force in the importing country.

ARTICLE IV

1. The exchange of goods and commodities between the Contracting Parties shall be effected in accordance with this Agreement and shall be subject to the laws and regulations relating to importation and exportation in force in their respective countries.
2. Commercial transactions under this Agreement shall be effected on the basis of contracts to be concluded between natural and juridical persons of the Republic of Zimbabwe on the one hand, and natural and juridical persons of the Federative Republic of Brazil on the other hand. The natural and juridical persons referred to in this paragraph shall carry out their commercial transactions on their own responsibility.

ARTICLE V

Contracting Parties shall, subject to the laws and regulations in force in their respective countries and on conditions agreed upon by the competent authorities of both Parties, permit the importation and exportation, free of customs duties, taxes and other similar levies or charges not related to the payment for services, of the following:

- (a) samples of goods and publicity materials required for obtaining orders and for advertising purposes, which are not for sale and are of no commercial value;
- (b) goods imported temporarily for experiments and research activities;
- (c) goods imported temporarily for the purpose of trade fairs and exhibitions;
- (d) goods imported temporarily for repair and re-exportation; and
- (e) goods originating in or from a third country and transported through the territory of one of the Contracting Parties and destined to the other Contracting Party.

Article VI

To facilitate and promote the development of trade and commercial transactions under this Agreement, the Contracting Parties agree:

- (a) to allow the organisation of trade fairs and exhibitions in their respective countries in accordance with their laws and regulations; and
- (b) to supply each other, on request, with all relevant information which may assist in the promotion of trade between the two countries.

Article VII

In order to facilitate transit traffic of commercial goods under this Agreement, the Contracting Parties agree:

- (a) to facilitate freedom of transit of goods originating from the territory of either of them and destined to a third party; and

- (b) to facilitate freedom of transit of goods originating from a third party and destined to either of the Contracting Parties.

ARTICLE VIII

Both Contracting Parties shall take measures as may be necessary to ensure that the prices for the goods and commodities to be exchanged under this Agreement shall be established on the basis of world market prices. For the goods for which no world market prices can be established, competitive prices for similar goods of analogous quality shall apply.

ARTICLE IX

All payments between the Contracting Parties in pursuance of this Agreement shall be effected in any freely convertible currency through normal banking channels in accordance with the foreign exchange laws and regulations in force in their respective countries.

ARTICLE X

Nothing in this Agreement shall be construed as affecting any rights and obligations arising from any existing international agreements or treaties entered into by either of the Contracting Parties.

ARTICLE XI

1. The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates its Ministry of External Relations and the Government of the Republic of Zimbabwe hereby designates its Ministry of Trade and Commerce as their respective competent authorities for the purposes of implementing this Agreement.
2. The Government of the Republic of Zimbabwe shall have the right to designate in writing at any time, any other appropriate body, organisation or Ministry in place of the one designated in the preceding paragraph.

ARTICLE XII

1. With the aim of securing the full and effective implementation of the provisions of this Agreement, a Joint Committee may be established consisting of representatives from both Contracting Parties.
2. The Joint Committee will meet, alternating between the capitals of both countries, at the request of either Contracting Party.
3. This Joint Committee will be able to recommend to both Governments all the measures it might deem necessary for the improvement of trade relations between both countries.

ARTICLE XIII

The Contracting Parties shall strive to settle any problems, disputes or differences between them arising from this Agreement through negotiation.

ARTICLE XIV

Either Contracting Party may by written notice, through normal diplomatic channels, present to the other Party a request for modification or revision of this Agreement.

ARTICLE XV

1. This Agreement shall come into force on a date to be fixed by an exchange of notes, to be effected once internal formalities are completed.
2. Any modification or revision of this Agreement shall come into force in the same manner indicated in paragraph 1. above.
3. This Agreement shall remain in force for a period of three years and shall automatically be extended for additional two yearly periods, unless either of the Contracting Parties notifies the other in writing, by diplomatic channels, its intention to terminate it. The termination shall come into force six months after the date of the notification.

4. The termination of this Agreement shall not affect existing and unexpired contractual obligations concluded thereunder, unless the Contracting Parties agree otherwise.

DONE at HARARE in two originals, each in the English and Portuguese Languages, both texts being equally authentic,

ON THIS^{20th}..... DAY OF JUNE..... 1988

For the Government
of the Republic of Zimbabwe:

[Signed]

Hon. O. MUNYARADZI

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

H. E. BERNARDO DE AZEVEDO BRITO

ANNEX AINDICATIVE LIST OF GOODS ORIGINATING FROM THE REPUBLIC OF
ZIMBABWE TO BE EXPORTED TO THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

Items :

Asbestos

Nickel and Nickel Alloys

High Carbon Ferro-Chrome

Low Carbon Ferro-Chrome

Ferro-Chrome-Silicon

Steel and Steel products

Furniture

Shoes

Textiles

Beef

Handicrafts

Canned Food

Fruit Juice

Industrial Minerals

Clothing

Tobacco

Maize

Millets

Tea

Cotton

Horticultural products

Copper and Copper Products

ANNEX BINDICATIVE LIST OF GOODS ORIGINATING FROM THE FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL TO BE EXPORTED TO THE REPUBLIC OF ZIMBABWEItems:**Live Animals****Meat and meat products****Dairy produce****Fish, crustaceans and molluscs, and their products****Cereals, products of the milling industry, and preparations of cereals****Fruit and vegetables****Sugar and sugar products****Coffee, tea, mate, cocoa and cocoa preparations and spices****Animal fodder****Extracts, essences or concentrates of coffee, tea or mate****Sauces, mixed condiments and mixed seasonings****Soups and broths****Beverages, spirits and tobacco****Oil seeds****Natural or synthetic rubber****Wooden railway sleepers****Paper-making material****Textile fibres****Metallic ores and slag****Mineral fuels****Petroleum oils and related products****Animal and vegetable oils and fats****Fixed vegetable oils and fats****Animal and vegetable oils, processed****Chemical elements and their components****Rubber products****Paper and paperboard and articles of paper and paperboard****Textile yarns, textiles, etc****Articles of mineral substances, non-metallic****Iron and steel****Non-ferrous metals**

Articles of metallic substances**Machinery, not electrically powered****Machinery, electrically powered****Transport equipment****Furniture****Clothing****Scientific instruments and apparatus****Writing ink, printing ink and other inks****Candles, tapers, night-lights and the like****Ferro-cerium and other pyrophoric alloys****Umbrellas, sunshades, walking-sticks, whips and parts thereof****Precious and semi-precious stones****Office equipment****Aeroplanes****Parachutes and parts thereof****Orthopaedic appliances****Musical instruments****Toys, games and sports requisites**

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD DE COMMERCE¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNE-
MENT DE LA RÉPUBLIQUE DU ZIMBABWE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Zimbabwe (ci-après dénommés les « Parties Contractantes »),

Désireux de consolider les relations d'amitié qui existent entre les deux pays et de développer leurs relations commerciales sur la base de l'égalité et de l'avantage mutuel, et

Convaincus de ce que la coopération commerciale est indispensable pour atteindre les objectifs du développement des deux pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Les Parties Contractantes s'accorderont le traitement de la nation la plus favorisée en ce qui concerne les marchandises originaires et en provenance directe du territoire de l'autre Partie. En particulier, ce traitement de la nation la plus favorisée s'appliquera :

- a) Aux impositions douanières et autres charges et taxes en relation avec l'importation et l'exportation des biens;
- b) Aux règlements et formalités;
- c) A l'émission de licences d'importation et d'exportation;
- d) Aux autorisations de paiement.

2. Les dispositions du paragraphe 1 du présent article ne s'appliqueront pas aux avantages, concessions ou exemptions que chacune des Parties Contractantes aura accordés, ou pourrait en venir à accorder :

- a) Aux pays limitrophes dans l'intention de faciliter le commerce frontalier;
- b) Aux pays avec lesquels elle serait déjà liée ou se lierait ultérieurement par une union douanière, une zone de libre échange, une zone monétaire ou une communauté économique.

Article II

1. Pendant la durée du présent Accord, les Parties Contractantes s'efforceront d'accroître le volume des échanges commerciaux entre les deux pays, en particulier pour ce qui concerne les produits des listes A et B annexées au présent Accord.

2. Les listes A et B annexées ne sont cependant qu'indicatives, et non pas exhaustives ni limitatives, des biens et marchandises qui pourraient faire l'objet d'échanges commerciaux entre les Parties Contractantes, et elles pourront être périodiquement remises à jour.

¹ Entré en vigueur le 20 juin 1990, date convenue par un échange de notes après l'accomplissement des formalités internes, conformément au paragraphe 1 de l'article XV.

Article III

1. Les Parties Contractantes se réservent le droit de soumettre l'importation de toute marchandise à la présentation d'un certificat d'origine émis par un organisme agréé à cette fin par le Gouvernement du pays d'origine.

2. Les Parties Contractantes sont convenues que le pays d'origine des marchandises faisant l'objet d'échanges entre les deux pays sera établi conformément aux lois et règlements en vigueur dans le pays importateur.

Article IV

1. Les échanges commerciaux entre les Parties Contractantes s'effectueront conformément aux dispositions du présent Accord et obéiront aux lois et règlements en vigueur applicables à l'importation et à l'exportation dans chaque pays.

2. Les opérations commerciales, conformément aux dispositions du présent Accord, s'effectueront sur la base de contrats signés, d'un côté, entre personnes physiques et morales de la République fédérative du Brésil, et, de l'autre, par des personnes physiques et morales de la République du Zimbabwe. Les personnes physiques et morales auxquelles se réfère le présent paragraphe seront intégralement responsables des opérations commerciales effectuées par elles.

Article V

Conformément aux lois et règlements de leurs pays respectifs, et conformément aux conditions agréées entre leurs autorités compétentes, les Parties Contractantes autoriseront l'importation et l'exportation, en exemption des droits de douane, taxes et impositions similaires non liés à la rémunération de services, des produits suivants :

a) Echantillons et matériels publicitaires destinés à l'obtention de commandes ou à la diffusion commerciale des marchandises; les échantillons ne pourront être vendus ni avoir de valeur commerciale;

b) Produits importés sous le régime de l'admission temporaire et destinés à des travaux de recherche ou à des expériences scientifiques;

c) Produits importés sous le régime de l'admission temporaire et destinés à des foires ou expositions;

d) Produits importés sous le régime de l'admission temporaire pour réparation puis réexportation; enfin

e) Produits originaires d'un pays tiers transportés sur le territoire de l'une des Parties Contractantes à destination de l'autre Partie Contractante.

Article VI

Afin de stimuler le développement des échanges commerciaux qui font l'objet du présent Accord, les Parties Contractantes décident :

a) D'autoriser l'organisation de foires et expositions sur leur territoire, conformément aux lois et règlements en vigueur dans chaque pays, et

b) De procéder à l'échange de toutes les informations utiles au développement des échanges commerciaux entre les deux pays.

Article VII

Afin de faciliter le transit commercial des marchandises dans le cadre du présent Accord, les Parties Contractantes s'engagent :

- a) A faciliter le libre transit des produits originaires du territoire de l'une ou l'autre des Parties et à destination du territoire d'un pays tiers, et
- b) A faciliter le transit des produits originaires du territoire de pays tiers et à destination du territoire de l'une ou l'autre des Parties Contractantes.

Article VIII

Les deux Parties Contractantes s'engagent à prendre les dispositions nécessaires pour faire en sorte que les prix des produits et marchandises qui seront commercialisés dans le cadre du présent Accord soient établis sur la base des prix du marché international. Les prix des produits auxquels il est impossible d'attribuer un prix du marché international seront fixés sur une base compétitive en fonction de ceux des produits similaires et de qualité analogue.

Article IX

Les paiements relatifs aux échanges commerciaux qui font l'objet du présent Accord s'effectueront en une monnaie librement convertible quelconque, par l'entremise des établissements de crédit et conformément à la législation et aux règles de politique en vigueur dans chacun des pays respectifs.

Article X

Aucune disposition du présent Accord ne pourra être interprétée au préjudice des droits ou obligations résultant de conventions internationales auxquelles l'une ou l'autre des Parties Contractantes serait partie.

Article XI

1. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Zimbabwe désignent respectivement le Ministère des Relations extérieures et le Ministère du Commerce en qualité d'exécuteurs du présent Accord.
2. Le Gouvernement de la République du Zimbabwe aura le droit de désigner, par écrit et à n'importe quel moment, toute autre entité, organisation ou ministère, à la place du ministère désigné au paragraphe précédent.

Article XII

1. Un comité mixte, composé de représentants des Parties Contractantes, pourra être constitué aux fins de veiller au bon fonctionnement et à la bonne exécution du présent Accord.
2. Le Comité mixte se réunira à la demande de l'une ou l'autre Partie Contractante, alternativement dans les capitales des deux pays.
3. Le Comité mixte pourra recommander aux deux Gouvernements tous les moyens qu'il jugera de nature à renforcer les relations commerciales entre les deux pays.

Article XIII

Les Parties Contractantes s'efforceront de résoudre par voie de négociation tous les problèmes, divergences de vues ou différends résultant de l'exécution du présent Accord.

Article XIV

Les Parties Contractantes pourront demander, par écrit et par la voie diplomatique, la modification ou la révision du présent Accord.

Article XV

1. Le présent Accord entrera en vigueur à une date qui sera fixée par un échange de notes auquel il sera procédé une fois accomplies les formalités internes nécessaires à l'approbation dudit Accord.

2. Les modifications ou révisions du présent Accord entreront en vigueur dans les conditions indiquées au paragraphe 1 du présent article.

3. Le présent Accord demeurera en vigueur pour une durée de trois ans et sera automatiquement reconduit pour des périodes de deux ans, à moins que l'une ou l'autre des Parties Contractantes ne le dénonce par écrit et par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet six mois après la date de sa notification.

4. La dénonciation du présent Accord n'aura aucune incidence sur les obligations contractuelles assumées pendant sa durée, sauf si les Parties Contractantes en sont convenues autrement.

FAIT à Harare, le 20 juin 1988, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République du Zimbabwe :

[Signé]

S. E. O. MUNYARADZI

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

S. E. BERNARDO DE AZEVEDO BRITO

ANNEXE A

LISTE INDICATIVE DES PRODUITS ORIGINAIRES DE LA RÉPUBLIQUE DU ZIMBABWE
À EXPORTER À DESTINATION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL*Produits :*

Asbeste
Nickel et produits du nickel
Ferrochrome (à forte teneur en carbone)
Ferrochrome (à faible teneur en carbone)
Ferro-chrome-silicium
Acier et produits en acier
Mobiliers
Chaussures
Textiles
Viande bovine
Ouvrages d'artisanat
Conserves alimentaires
Jus de fruits
Produits minéraux à usage industriel
Articles d'habillement
Tabac
Maïs
Semoule de maïs
Thé
Coton
Légumes
Cuivre et produits du cuivre

ANNEXE B

LISTE INDICATIVE DES PRODUITS ORIGINAIRES DE LA RÉPUBLIQUE DU BRÉSIL
À EXPORTER EN RÉPUBLIQUE DU ZIMBABWE*Produits :*

Animaux vivants
Viandes et leurs préparations
Produits lactés
Poissons, crustacés et leurs préparations
Céréales et leurs préparations
Fruits et légumes
Sucre et ses préparations
Café, thé, maté, cacao et leurs préparations et spécialités
Aliments pour animaux
Extraits, essences ou concentrés de café, de thé ou de maté
Sauces, condiments et assaisonnements, composés
Soupes et potages
Boissons et tabac
Graines oléagineuses
Caoutchouc naturel ou synthétique
« Dormentes »
Pâte et déchet de papier
Fibres textiles
Minéraux ferreux à base de ferrailles
Combustibles minéraux
Pétrole et dérivés
Huiles et graisses animales et végétales
Huiles et graisses végétales, concrètes
Huiles animales et végétales, travaillées
Éléments chimiques et leurs composants
Ouvrages en caoutchouc
Papier et cartons et articles en papier ou carton
Fibres textiles, tissus, etc
Produits minéraux manufacturés non métalliques
Fer et acier
Métaux non ferreux
Ouvrages en métaux
Machines non électriques
Machines électriques
Matériels de transport

Mobiliers

Vêtements

Appareils et instruments scientifiques

Encre à écrire ou dessiner, encres d'imprimerie et autres encres

Bougies et mèches pour lampes et articles similaires

Ferrocérium et autres alliages pyrophoriques

Parapluies, ombrelles, cannes, fouets et leurs parties

Pierres précieuses et semi-précieuses

Matériels de bureau

Avions

Parachutes et leurs parties

Appareils orthopédiques

Instruments de musique

Jouets, jeux, articles de divertissement et de sport
